ATA N.º 55

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões respetiva, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Vila Flor, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Artur Guilherme Gonçalves Vaz Pimentel, estando presentes os Senhores Vereadores, Fernando Francisco Teixeira de Barros, do PS; Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto, do PS e Luís Miguel Gonçalves Teixeira, do PS. -

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

FALTAS À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL: -

Faltou à reunião Ordinária da Câmara Municipal, o Senhor Vereador, Paulo Renato Veiga de Carvalho, por motivos profissionais. Face ao exposto, o **Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Senhor Vereador.** -----

NOMEAÇÃO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO “CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE CONSUMO HUMANO, DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE ÁGUA DAS PISCINAS COBERTA E DESCOBERTA”:-

Devido ao facto de apenas se encontrarem ao serviço dois dos membros do Júri nomeado para o procedimento em epígrafe, o **Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, nomear, para integrar o respetivo Júri, o Senhor Vereador, Luís Miguel Gonçalves Teixeira.** -----

NOMEAÇÃO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO “REQUALIFICAÇÃO DO ACESSO À CENTRAL DE CAMIONAGEM”:-

Devido ao facto de apenas se encontrarem ao serviço dois dos membros do Júri nomeado para o procedimento em epígrafe, o **Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, nomear, para integrar o referido Júri, a Senhora Vereadora, Gracinda Fátima Fraga Carvalho Peixoto.** -----

XXI MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 21.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO

DA DESPESA: -

Presente, para aprovação pelo Executivo Municipal, a **21.ª Alteração ao Orçamento da Despesa** no valor de **67.500,00 €** (sessenta e sete mil e quinhentos euros). – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a 21.ª Alteração ao Orçamento da Despesa no valor de 67.500,00 €** (sessenta e sete mil e quinhentos euros). -----

NOMEAÇÃO DO JÚRI DOS CONCURSOS DE MONTRAS E PRESÉPIOS: -

Devido ao facto de um dos membros do Júri dos concursos em epígrafe se encontrar de férias, o **Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, nomear para integrar o referido Júri, o funcionário, Miguel Ângelo Sarmento Alves Pereira.** -----

PROLONGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NA NOITE DE PASSAGEM DE ANO: -

Considerando o período festivo de passagem de ano e a necessidade de incentivar e facilitar aos estabelecimentos de restauração e bebidas do concelho de Vila Flor, a realização de eventos de final de ano, por forma a fornecer à população do concelho uma diversidade de ofertas para a sua passagem de ano sem terem de se deslocar para fora, a **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder autorização a todos os estabelecimentos de restauração e bebidas do Concelho de Vila Flor para prolongamento do seu horário de funcionamento até às 6 horas da manhã na noite de passagem de ano, ou seja, do dia 31 de dezembro de 2012 para o dia 01 de janeiro de 2013, de acordo com o n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Vila Flor.** -----

ORDEM DO DIA:

GAP – GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE VILA FLOR – PROCESSO 178/12.0GAVFL – DESVIO DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO PARA CHARCA PROPRIEDADE DO SR. ÉLIO ANTÓNIO VELOSO DA SILVA: -

Presente processo dos Serviços do Ministério Público de Vila Flor, datado de 11 de dezembro de 2012, notificando o Município, na qualidade de Denunciante, para se pronunciar da decisão do despacho proferido “... *notifique a ofendida para, em 10 (dez) dias, informar os autos qual o prejuízo concreto que teve com a atuação do arguido e ainda se, caso o arguido se proponha a liquidar tal prejuízo, desiste do presente processo*”. – **Deliberado, por unanimidade, desistir do processo, caso o arguido se disponha a pagar todo o prejuízo, no valor de 450,39 €** (quatrocentos e cinquenta euros e trinta e nove cêntimos). -----

Deliberado, ainda, também por unanimidade, comunicar com urgência aos

Serviços do Ministério Público de Vila Flor. -----

ACÚSTICA MÉDICA (HIDDEN HEARING, PORTUGAL) – RASTREIO AUDITIVO GRATUITO – Pedido de Autorização da Via Pública: -

Presente Email, datado de 22 de novembro de 2012, da “*Acústica Médica*”, com sede em Oeiras, líder em Portugal na área dos Serviços de Audiologia, efetuando anualmente largas dezenas de milhares de testes auditivos. Com o objetivo de proporcionar ao maior número de pessoas uma melhoria nos cuidados de saúde, a “*Acústica Médica*” está a levar a cabo, uma **Campanha Nacional de Rastreio Auditivo, totalmente gratuita**, dispondo para o efeito de uma Unidade Móvel de Rastreio, devidamente equipada e operada por técnicos habilitados. Neste âmbito, a “*Acústica Médica*” solicita autorização para ocupação da via pública para realização de um rastreio auditivo gratuito, junto ao Jardim Municipal, das 09h00 às 18h00 do dia 19 de dezembro de 2012, cuja informação do Técnico Superior, João Alberto Correia, de 17 de dezembro de 2012, refere que de acordo com o Regulamento da Tabela de Taxas do Município, a ocupação da via pública, está sujeita ao pagamento de taxas previstas na respetiva Tabela, podendo haver lugar à isenção relativa a eventos ou factos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação, devidamente fundamentada, da Câmara Municipal (n.º 6 do artigo 7.º do Regulamento da Tabela de Taxas, Preços, Tarifas e Outras Receitas Municipais). Mais refere o Técnico Superior, que considerando os pressupostos enunciados, e por se tratar de um rastreio auditivo à população de Vila Flor, e caso seja entendido que o facto é de manifesto e relevante interesse, pelo facto de se estar a facultar à população de Vila Flor um rastreio auditivo gratuito, num período em que as dificuldades económicas se acentuam cada vez mais, poderá a Câmara Municipal isentar o requerente do pagamento de taxas nos termos solicitados. -----

Para ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 17 de dezembro de 2012, de deferimento do pedido. – **Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 17 de dezembro de 2012.** -----

ADENDA AO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA FLOR E A AGRO-INDUSTRIAL DO NORDESTE (A.I.N.): -

Presente Email, enviado a 21 de dezembro de 2012, anexando proposta de adenda ao contrato de gestão celebrado em março do ano em curso, de “*Transferência de verba para pagamento de indemnizações integradas no processo de despedimento coletivo do Matadouro Industrial do Cachão*”, de forma a poder ser desbloqueada a transferência da quantia de **50.000,00 €** (cinquenta mil euros) para a A.I.N.. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a adenda ao contrato de gestão celebrado entre o Município de Vila Flor e a Agro-Industrial do Nordeste – A.I.N. e transferir a verba de 50.000,00 €** (cinquenta mil euros). -----

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SETOR DE CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO: -

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA: -

Foi dado conhecimento pelo Senhor Presidente que o Resumo Diário de Tesouraria apresenta um saldo em total disponibilidades de € **2.073.222,89 (dois milhões, setenta e três mil, duzentos e vinte e dois euros e oitenta e nove cêntimos)**. -----

PAGAMENTOS EFETUADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL: -

Presente a relação dos pagamentos efetuados pela Câmara Municipal no período de 17.12.2012 a 21.12.2012, num total de € **942.300,24 (novecentos e quarenta e dois mil, trezentos euros e vinte e quatro cêntimos)**. -----

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E DESPORTO

SETOR DE EDUCAÇÃO: -

EPA – ESCOLA PROFISSIONAL DE ANSIÃES – Transportes Escolares de Alunos de Vila Flor que frequentam a EPA: -

Presente Ofício, datado de 17 de dezembro de 2012, solicitando transporte para o formando *Francisco António Mesquita Taveira*, residente em Valtorno, até à sede do Concelho, a partir do dia 03 de janeiro de 2013. – **Deliberado, por unanimidade, deferir**. -----

SETOR DE AÇÃO SOCIAL: -

HABITAÇÕES SOCIAIS – ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA: -

Presente Informação da Técnica Superior de Serviço Social, Hermínia de Morais, datada de 20 de dezembro de 2012, referindo que, após o termo do prazo de entrega dos documentos solicitados para a atualização anual de rendas de habitação social, que deverá vigorar a partir de 01 de janeiro de 2013, 29 dos 31 processos individuais encontram-se completos e, portanto, em condições de serem processados. Mais informa que os dois restantes foram já notificados pela segunda vez, conforme deliberação exarada em Reunião de Câmara de 10 de dezembro de 2012.

Assim, a Técnica Superior propõe a aprovação da atualização referente aos 29 processos que estão completos, de que se junta listagem em anexo, executando-se posteriormente a atualização dos dois em falta, com vista a evitar constrangimentos na cobrança destas 29 rendas no início do próximo mês de janeiro. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar a atualização dos 29 (vinte e nove) processos, de acordo com a informação técnica**. -----

HABITAÇÕES SOCIAIS – ALTERAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE RENDA – Judite da Conceição Portela:-

Presente Ofício, datado de 17 de dezembro de 2012, arrendatária de uma casa de habitação social, sita na Rua Rainha Santa, n.º 49, comunicando que, de acordo com o Decreto-

Lei n.º 166/93, houve alterações do rendimento e da composição do seu agregado familiar, desde dezembro de 2012, cuja informação da Técnica Superior de Serviço Social, Hermínia Morais, de 18 de dezembro de 2012, refere que o titular do contrato de arrendamento “*Judite da Conceição Portela*”, solicitou a alteração do montante da renda da sua casa de habitação, com base na alteração dos rendimentos/elementos do seu agregado familiar a partir de 1 de janeiro de 2013. Em face do exposto a renda desta habitação deveria ser ajustada (de acordo com o Decreto-Lei n.º 166/93) com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013, passando a pagar a renda apoiada no montante de **4,75 €** (quatro euros e setenta e cinco cêntimos). – **Deliberado, por unanimidade, deferir o valor da renda apoiada para 4,75 € (quatro euros e setenta e cinco cêntimos) com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.** -----

JUDITE DA CONCEIÇÃO PORTELA – APOIOS À HABITAÇÃO NO ÂMBITO DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO – Emissão de Declaração: -

Presente Requerimento, datado de 17 de dezembro de 2012, da inquilina de habitação social, sito na Rua Rainha Santa, n.º 49, freguesia e concelho de Vila Flor, solicitando a emissão de declaração comprovativa de que reside em habitação social, bem como o valor da renda técnica e da renda apoiada, referentes à habitação onde reside, para efeitos de requerimento de Rendimento Social de Inserção – RSI e solicitando também, a isenção do pagamento de eventuais taxas referentes à declaração solicitada, cuja informação da Técnica Superior de Serviço Social, datada de 18 de dezembro de 2012, referindo que, para os efeitos solicitados, informa que a referida Senhora é inquilina titular de contrato de arrendamento de uma habitação social, sendo o preço técnico dessa habitação **21,79 €** (vinte e um euros e setenta e nove cêntimos), valor este pago pela inquilina supra identificada. Mais informa que a inquilina solicita ainda a isenção do pagamento de eventuais taxas referentes à emissão do documento solicitado, porém, de acordo com o artigo 7.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Outras Receitas Municipais, esta isenção é possível, pelo que informa tratar-se de um agregado monoparental com três filhos menores e situação socioeconómica bastante debilitada, estando a requerente desempregada e a frequentar um curso de formação profissional. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

DIVISÃO DE OBRAS, HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS: -

CONSTRUÇÕES ARMANDO MATOS, UNIPessoal LDA. – EMPREITADA DE “VALORIZAÇÃO DA N. SRA. DO CARRASCO – NABO” – Proposta de Trabalhos a Mais: -

Presente Informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, datada de 20 de dezembro de 2012, referindo que a empreitada em epígrafe foi adjudicada à firma “*Construções Armando Matos, Unipessoal Lda.*”, pelo valor de **47.828,10 €** (quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e oito euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Mais refere que, no

decurso da empreitada, se constatou que é necessário executar alguns trabalhos da mesma espécie, concretamente de aumento da área do lajeado de granito previstos em projeto 51,00 m² para 87,67 m², os quais otimizam o funcionamento e a operacionalidade da mesma, anexando listagem de trabalhos a mais elaborada de acordo com o conceito atrás descrito e que importa no montante de **2.200,20 €** (dois mil e duzentos euros e vinte cêntimos). -----

Por último, informa que o preço atribuído aos trabalhos a mais representa um acréscimo do encargo financeiro a suportar pelo Município de **4,60%**, inferior aos 5% legalmente estabelecidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 370.º do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, que altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, pelo que sugere a aprovação dos trabalhos a mais, devendo ser celebrado o respetivo contrato adicional. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar os Trabalhos a Mais no valor de 2.200,20 € (dois mil, duzentos euros e vinte cêntimos).** -----

O Executivo Municipal deliberou ainda, também por unanimidade, celebrar o contrato adicional. -----

CARLOS AUGUSTO PINTO DOS SANTOS E FILHOS, S.A. – EMPREITADA DE “VALORIZAÇÃO DO MONTE SANTA CRUZ” – Pedido de Prorrogação Graciosa do Prazo Contratual: -

Presente Ofício Ref. 1197/2012, datado de 19 de dezembro de 2012, solicitando a prorrogação graciosa do prazo contratual da empreitada em epígrafe por 30 dias a contar do dia 08 de janeiro de 2013 e até ao dia 08 de fevereiro de 2013, inclusive, devido às difíceis condições de acesso ao local da obra e às condições climatéricas que se fizeram sentir ao longo dos últimos meses, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 19 de dezembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. – **Deliberado, por unanimidade, deferir a prorrogação graciosa do prazo contratual até ao dia 08 de fevereiro de 2013.** -----

CONSTRUÇÕES ARMANDO MATOS, UNIPessoAL LDA. – EMPREITADA DE “VALORIZAÇÃO DA NOSSA SENHORA DO CARRASCO – NABO” – Pedido de Prorrogação Graciosa do Prazo Contratual: -

Presente Ofício, datado de 20 de dezembro de 2012, solicitando a prorrogação graciosa do prazo contratual da empreitada em epígrafe até ao dia 31 de dezembro de 2012, devido às condições climatéricas e trabalhos a mais da obra, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 20 de dezembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. – **Deliberado, por unanimidade, deferir a prorrogação graciosa do prazo contratual até ao dia 31 de dezembro de 2012.** -----

SINCOF – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CONSTRUÇÕES FLAVIENSE, LDA. – EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO DE FREIXIEL” – Pedido de Prorrogação Graciosa do Prazo Contratual: -

Presente Ofício Ref. BM/359/2012, datado de 18 de dezembro de 2012, solicitando a prorrogação graciosa do prazo contratual da empreitada em epígrafe por mais 45 dias de modo a conseguirem repor o planeamento com vista á finalização da empreitada, devido às condições

meteorológicas adversas à execução de revestimentos, das pinturas e demais acabamentos, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 19 de dezembro de 2012, refere que o PSS foi aprovado em 14 de agosto de 2012, sendo o prazo de execução de 150 dias, prevendo-se o término físico da empreitada em 12 de janeiro de 2013, solicitando o adjudicatário uma prorrogação graciosa do prazo contratual por mais 45 dias, ou seja, até 26 de fevereiro de 2013, pelo que é de opinião não haver inconveniente em que o pedido seja deferido. – **Deliberado, por unanimidade, deferir a prorrogação graciosa do prazo contratual até ao dia 26 de fevereiro de 2013.** -----

SECÇÃO DE OBRAS, HABITAÇÃO E URBANISMO: -

Proc. n.º 161/95

Requerente: Fernando Manuel Pereira Sobral

Local: Rua Sra. dos Remédios – Vila Flor

Assunto: *Construção Urbana com Rés do chão, 1.º andar e sótão – Aprovação do Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura*, cuja informação do Arq. João Batista Ortega, de 20 de dezembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. Na mesma data, esta informação mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

Proc. n.º 43/2012

Requerente: Filipa Alexandra Silva Fraga

Local: Bairro da Eira – Vilas Boas

Assunto: *Ampliação e recuperação de armazém agrícola – Licenciamento de Obra*, cuja informação do Arq. João Batista Ortega, de 20 de dezembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja aprovado, devendo o requerente entregar os estudos técnicos em falta no prazo de seis meses. Esta informação mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, na mesma data. – **Deliberado, por unanimidade, aprovar. O requerente deverá entregar os estudos técnicos em falta no prazo de seis meses.** -----

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA: -

Requerente: José Joaquim Saraiva

Local: Estacas – Vieiro – Freixiel

Assunto: *Pedido de Viabilidade de Construção de um Tanque*, no prédio rústico sito em Estacas, Vieiro, freguesia de Freixiel, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 2710, cuja informação do Arq. João Batista Ortega, de 20 de dezembro de 2012, não há inconveniente em que o pedido seja deferido. Na mesma data, esta informação mereceu a concordância do Técnico Superior, António Rodrigues Gil. – **Deliberado, por unanimidade, deferir.** -----

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA: -

Requerente: Rui Jorge Santa Comba Calvo

Local: Vale de Judeu – Nabo

Assunto: *Pedido de Viabilidade de Construção de um Armazém Agrícola*, no prédio rústico sito em Vale de Judeu, freguesia de Nabo, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 552 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Flor sob o n.º 540/20070129 da freguesia do Nabo, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 18 de dezembro de 2012, refere que o local assinalado na planta de ordenamento e de condicionantes do PDM de Vila Flor se situa na classe de espaços “*Espaços Naturais de Utilização Múltipla*”, no qual é permitido este tipo de infraestrutura de apoio à atividade agrícola, pelo que o requerido pode ser viabilizado. -----

Para ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 19 de dezembro de 2012, de deferimento do pedido. – **Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 19 de dezembro de 2012.** -----

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA: -

Requerente: Quinta da Ribeira de Lodões – Agricultura e Turismo, Lda.

Local: Quinta da Ribeira de Lodões – Lodões

Assunto: *Pedido de Viabilidade de Construção de uma edificação para Agroturismo*, no prédio rústico sito em Prado de Baixo, freguesia de Lodões, inscrito na respetiva matriz predial rústica sob o artigo 579 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Flor sob o n.º 34/19860709 da freguesia de Lodões, cuja informação do Técnico Superior, António Rodrigues Gil, de 18 de dezembro de 2012, refere que o local assinalado na planta de ordenamento e de condicionantes do PDM de Vila Flor se situa, respetivamente, na classe de espaços “*Espaços Naturais de Utilização Múltipla*” e “*Outras áreas da REN*”, no qual é permitido este tipo de infraestrutura, desde que seja integralmente cumprido o n.º 4 do artigo 16.º do Regulamento do PDM, ou seja: -----

- a) Área mínima da parcela de 4 ha; -----
- b) As novas construções apenas poderão ser edificadas se o declive do terreno não exceder os 35%; -----
- c) Para as novas construções é obrigatória a elaboração de um estudo de integração paisagística e ambiental, certificando a manutenção do equilíbrio ecológico. -----

Mais informa, o Técnico Superior, que desde que cumpridas as exigências referenciadas, não há inconveniente em viabilizar o pedido. -----

Para ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 19 de dezembro de 2012, de deferimento do pedido. – **Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 19 de dezembro de 2012.** -----

Sendo doze horas e quarenta e cinco minutos, foi declarada encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar e assinar a respetiva minuta da qual se elaborou a presente Ata que depois de aprovada e assinada vai ser exarada no respetivo livro de atas. -----

E eu, Cláudia Isabel Vilares de Carvalho Queijo, Técnica Superior, que a secretariei, redigi, subscrevi e assino. -----